

A Lei Maria da Penha e a Construção de uma Política Pública

Veja como a mobilização popular levou o Estado brasileiro a enfrentar a violência contra a mulher e entenda como as políticas públicas evoluem como resultado de um esforço coletivo e contínuo da sociedade.

1

Mobilização Social

Décadas de denúncias, marchas e debates promovidos por movimentos feministas, acadêmicos, jornalistas e outros atores da sociedade civil levaram os brasileiros a reconhecer e cobrar os direitos das mulheres. No entanto, a violência doméstica ainda era vista como questão privada e ignorada pelo Estado no fim do século XX.



2

Entrada na Agenda Pública

Em 1983, o marido da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes tentou assassiná-la duas vezes, deixando-a paraplégica. Organizações da sociedade civil se mobilizaram contra a impunidade do caso e, em 1998, denunciaram o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por omissão e negligência diante da violência doméstica. Condenado em 2001, o Estado foi obrigado a reconhecer e enfrentar o problema.



A cearense Maria da Penha lutou quase 20 anos para ver seu agressor punido



3

Formulação da Política Pública

Identificado e reconhecido o problema, especialistas, juristas, ONGs, a população e o governo debateram soluções para deter o crime e garantir os direitos humanos da mulher. Esse esforço coletivo resultou, em 2006, na **Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar.**



Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

A Lei Maria da Penha define 5 tipos de violência contra a mulher:



Violência Física

Ofender a integridade ou saúde corporal.



Violência Psicológica

Causar dano emocional, à autoestima, ao pleno desenvolvimento; ou controlar ações, comportamentos e decisões.



Violência Sexual

Obrigar a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força.



Violência Patrimonial

Subtrair, reter, destruir bens, valores, documentos pessoais, instrumentos de trabalho ou recursos econômicos.



Violência Moral

Caluniar, difamar ou injuriar.



Acesse a
Linha do Tempo sobre
Direitos das Mulheres
no Brasil



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



Criação de Estruturas

Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, abrigos para mulheres em situação de risco, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).



Capacitação

Servidores do Judiciário e da segurança pública foram capacitados a aplicar a lei, profissionais da saúde e assistência social receberam protocolos de atendimento especializados, e equipes multidisciplinares foram criadas para cuidar das vítimas.



Medidas de Proteção

Como o afastamento do agressor da casa da vítima, a proibição de contato e a suspensão do porte de armas.

4

Implementação

Implementar uma política pública é tirá-la do papel.

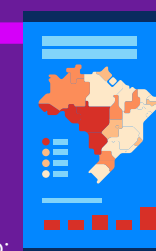
No caso da Lei Maria da Penha, ela se materializou em ações do Estado, tais como:

5

Avaliação

Para saber se uma política pública funciona, diferentes atores – como órgãos governamentais, universidades, ONGs, institutos de pesquisa, a imprensa e outras instituições – realizam avaliações, tais como:

- Análises dos números e características da violência e feminicídios;
- Avaliações de medidas protetivas e do sistema de justiça;
- Pesquisas sobre o conhecimento da lei e a opinião pública;
- Identificação de lacunas e desafios à aplicação da lei.



6

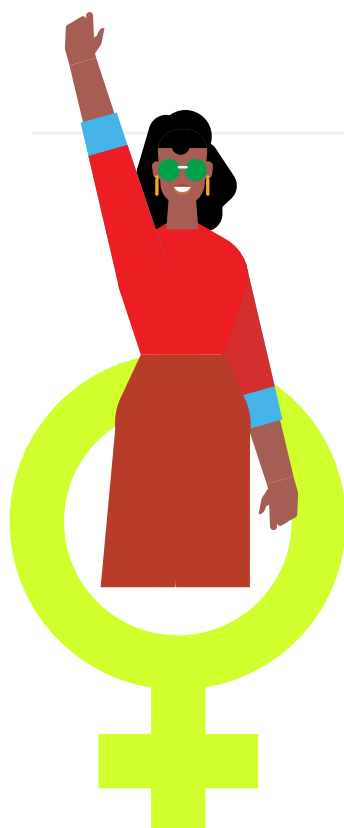
Aperfeiçoamento

As avaliações realimentam o debate público, o processo de formulação e aprimoramento contínuo das políticas públicas.

Por exemplo: estudos e mobilizações sociais resultaram na ampliação da proteção da Lei Maria da Penha para pessoas transgênero e lésbicas em relações homoafetivas, e na criação de novas medidas, como o monitoramento do agressor por meio de tornozeleira eletrônica.

Atividade educativa: O Ciclo de uma Política Pública

A partir da leitura do infográfico “A Lei Maria da Penha e a Construção de uma Política Pública”, vamos analisar o ciclo de vida dessa política, os diferentes atores envolvidos e refletir sobre a importância da mobilização social.



ETAPA 1: ANÁLISE DO CICLO

Políticas públicas são instrumentos por meio dos quais o Estado busca responder às necessidades da sociedade. Seu desenvolvimento costuma ser descrito como um ciclo, estruturado em diferentes etapas ou estágios.

Façam uma leitura atenta do infográfico, observando especialmente as etapas do ciclo de uma política pública, exemplificado no caso da Lei Maria da Penha. Em seguida, organizem-se em pequenos grupos para debater as seguintes questões:

- **A violência doméstica é um problema muito antigo. Por que demorou tanto tempo para entrar na agenda governamental?**
- **Como a avaliação das políticas públicas impacta a sociedade?**
- **Qual é o papel da mobilização social em cada estágio do ciclo de vida de uma política pública?**
- **Como as escolhas eleitorais interferem nesse ciclo?**
- **Qual é o papel da imprensa?**
- **Hoje, como as redes sociais influenciam a entrada de problemas na agenda pública? Vocês conseguem pensar em algum exemplo recente?**



ETAPA 2: PESQUISA

Acessem a Linha do Tempo sobre os Direitos das Mulheres no Brasil da Fundação FHC. Identifiquem outros marcos importantes, anteriores e posteriores à Lei Maria da Penha.

Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/direito-das-mulheres/>

Acessem o Atlas da Violência (IPEA/FBSP). Coletem dados estatísticos sobre feminicídio e violência contra a mulher.

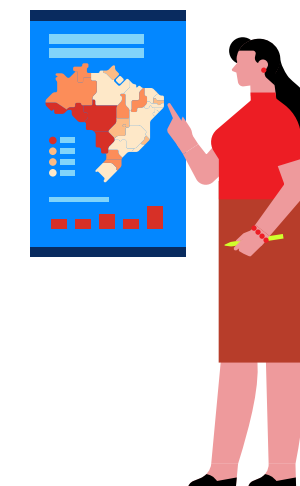
Link: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

- **Criem gráficos** para ilustrar a evolução do feminicídio ao longo dos anos.
- **Analise os gráficos produzidos**, estabelecendo relações com os marcos apresentados na Linha do Tempo dos Direitos das Mulheres. Procurem considerar, em suas reflexões, como as dimensões de classe, raça e gênero influenciam esses processos.
- **Pesquisem reportagens** investigativas ou análises de especialistas sobre a efetividade e os desafios da Lei Maria da Penha. Registrem as informações relevantes encontradas, citando suas fontes.

ETAPA 3: DEBATE

Com base na pesquisa, cada grupo deve preparar argumentos para um debate a respeito das seguintes questões:

- **O que mudou na percepção social sobre os direitos das mulheres desde a redemocratização?**
- **Como a Lei Maria da Penha contribuiu para transformar o debate público sobre violência doméstica no Brasil?**
- **De que maneira a lei mudou práticas institucionais (polícia, judiciário, saúde, educação) no enfrentamento da violência doméstica?**
- **Quais são os principais obstáculos (culturais, institucionais, políticos) que ainda dificultam a plena efetividade da Lei Maria da Penha? Em que medida classe social, raça e orientação sexual influenciam sua aplicação e resultados?**



→
Acesse a
Linha do Tempo sobre
Direitos das Mulheres
no Brasil



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

A Lei Maria da Penha e a Construção de uma Política Pública

Veja como a mobilização popular levou o Estado brasileiro a enfrentar a violência contra a mulher e entenda como as políticas públicas evoluem como resultado de um esforço coletivo e contínuo da sociedade.

1

Mobilização Social

Décadas de denúncias, marchas e debates promovidos por movimentos feministas, acadêmicos, jornalistas e outros atores da sociedade civil levaram os brasileiros a reconhecer e cobrar os direitos das mulheres. No entanto, **a violência doméstica ainda era vista como questão privada e ignorada pelo Estado no fim do século XX.**



A cearense Maria da Penha lutou quase 20 anos para ver seu agressor punido

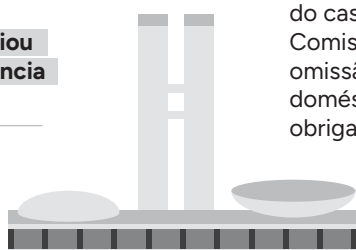


3

Formulação da Política Pública

Identificado e reconhecido o problema, especialistas, juristas, ONGs, a população e o governo debateram soluções para deter o crime e garantir os direitos humanos da mulher. Esse esforço coletivo resultou, em 2006, na

Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar.



2

Entrada na Agenda Pública

Em 1983, o marido da farmacêutica **Maria da Penha Maia Fernandes tentou assassiná-la duas vezes, deixando-a paraplégica.** Organizações da sociedade civil se mobilizaram contra a impunidade do caso e, em 1998, denunciaram o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por omissão e negligência diante da violência doméstica. Condenado em 2001, o Estado foi obrigado a reconhecer e enfrentar o problema.

Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

A Lei Maria da Penha define 5 tipos de violência contra a mulher:



Violência Física

Ofender a integridade ou saúde corporal.



Violência Psicológica

Causar dano emocional, à autoestima, ao pleno desenvolvimento; ou controlar ações, comportamentos e decisões.



Violência Sexual

Obrigar a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força.



Violência Patrimonial

Subtrair, reter, destruir bens, valores, documentos pessoais, instrumentos de trabalho ou recursos econômicos.



Violência Moral

Caluniar, difamar ou injuriar.



Acesse a
Linha do Tempo sobre
Direitos das Mulheres
no Brasil



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

4

Implementação

Implementar uma política pública é tirá-la do papel. No caso da Lei Maria da Penha, ela se materializou em ações do Estado, tais como:



Criação de Estruturas

Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, abrigos para mulheres em situação de risco, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).



Capacitação

Servidores do Judiciário e da segurança pública foram capacitados a aplicar a lei, profissionais da saúde e assistência social receberam protocolos de atendimento especializados, e equipes multidisciplinares foram criadas para cuidar das vítimas.



Medidas de Proteção

Como o afastamento do agressor da casa da vítima, a proibição de contato e a suspensão do porte de armas.

5

Avaliação

Para saber se uma política pública funciona, diferentes atores – como órgãos governamentais, universidades, ONGs, institutos de pesquisa, a imprensa e outras instituições – realizam avaliações, tais como:

- **Análises dos números e características da violência e feminicídios;**
- **Avaliações de medidas protetivas e do sistema de justiça;**
- **Pesquisas sobre o conhecimento da lei e a opinião pública;**
- **Identificação de lacunas e desafios à aplicação da lei.**



6

Aperfeiçoamento

As avaliações realimentam o debate público, o processo de formulação e aprimoramento contínuo das políticas públicas.

Por exemplo: estudos e mobilizações sociais resultaram na ampliação da proteção da Lei Maria da Penha para pessoas transgênero e lésbicas em relações homoafetivas, e na criação de novas medidas, como o monitoramento do agressor por meio de tornozeleira eletrônica.



Atividade educativa: O Ciclo de uma Política Pública

→
Acesse a
Linha do Tempo sobre
Direitos das Mulheres
no Brasil



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

A partir da leitura do infográfico “A Lei Maria da Penha e a Construção de uma Política Pública”, vamos analisar o ciclo de vida dessa política, os diferentes atores envolvidos e refletir sobre a importância da mobilização social.

ETAPA 1: ANÁLISE DO CICLO

Políticas públicas são instrumentos por meio dos quais o Estado busca responder às necessidades da sociedade. Seu desenvolvimento costuma ser descrito como um ciclo, estruturado em diferentes etapas ou estágios.

Façam uma leitura atenta do infográfico, observando especialmente as etapas do ciclo de uma política pública, exemplificado no caso da Lei Maria da Penha. Em seguida, organizem-se em pequenos grupos para debater as seguintes questões:

- **A violência doméstica é um problema muito antigo. Por que demorou tanto tempo para entrar na agenda governamental?**
- **Como a avaliação das políticas públicas impacta a sociedade?**
- **Qual é o papel da mobilização social em cada estágio do ciclo de vida de uma política pública?**
- **Como as escolhas eleitorais interferem nesse ciclo?**
- **Qual é o papel da imprensa?**
- **Hoje, como as redes sociais influenciam a entrada de problemas na agenda pública? Vocês conseguem pensar em algum exemplo recente?**

ETAPA 2: PESQUISA

Acessem a Linha do Tempo sobre os Direitos das Mulheres no Brasil da Fundação FHC. Identifiquem outros marcos importantes, anteriores e posteriores à Lei Maria da Penha.

Link: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/direito-das-mulheres/>

Acessem o Atlas da Violência (IPEA/FBSP). Coletem dados estatísticos sobre feminicídio e violência contra a mulher.

Link: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

- **Criem gráficos** para ilustrar a evolução do feminicídio ao longo dos anos.
- **Analise os gráficos produzidos**, estabelecendo relações com os marcos apresentados na Linha do Tempo dos Direitos das Mulheres. Procurem considerar, em suas reflexões, como as dimensões de classe, raça e gênero influenciam esses processos.
- **Pesquise reportagens** investigativas ou análises de especialistas sobre a efetividade e os desafios da Lei Maria da Penha. Registrem as informações relevantes encontradas, citando suas fontes.

ETAPA 3: DEBATE

Com base na pesquisa, cada grupo deve preparar argumentos para um debate a respeito das seguintes questões:

- **O que mudou na percepção social sobre os direitos das mulheres desde a redemocratização?**
- **Como a Lei Maria da Penha contribuiu para transformar o debate público sobre violência doméstica no Brasil?**
- **De que maneira a lei mudou práticas institucionais (polícia, judiciário, saúde, educação) no enfrentamento da violência doméstica?**
- **Quais são os principais obstáculos (culturais, institucionais, políticos) que ainda dificultam a plena efetividade da Lei Maria da Penha? Em que medida classe social, raça e orientação sexual influenciam sua aplicação e resultados?**

